

## HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL CENTRAL

HISTORIAS DE EDUCACIÓN DEL CENTRO DE BRASIL

EDUCATION STORIES FROM CENTRAL BRAZIL

### BARROS, ARAGONEIDE MARTINS

Mestre em Educação - UFT

E-mail: [neidemartins85@hotmail.com](mailto:neidemartins85@hotmail.com)

### SANTOS, JOCYLÉIA SANTANA DOS

Pós- Doutora em Educação (UEPA). Doutora em História -UFPE, Professora Titular da UFT.

E-mail: [jocyleiasantana@gmail.com](mailto:jocyleiasantana@gmail.com)

#### RESUMO

O Tocantins, antigo norte goiano, teve uma história educacional desafiadora devido ao isolamento e às condições socioeconômicas. A falta de escolas, professores qualificados e recursos materiais limitou o HIS à educação. Com a criação do estado em 1988, houve investimento em infraestrutura escolar, novas escolas, capacitação de professores e políticas educacionais específicas. Apesar dos avanços, ainda há carência de infraestrutura em algumas regiões, dificuldades de acesso para comunidades indígenas e quilombolas, e desafios quanto à qualidade do ensino e formação de professores. A região carece de historiadores dedicados ao estudo da história educacional local, com fontes dispersas e falta de investimento público, estrutura e formação para professores. Apesar de esforços pontuais, a região ainda enfrenta desafios significativos em relação à educação. Os elementos citados acima foram objetivos deste artigo. Com metodologia baseada na pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: : Tocantins, Histórias da Educação, Escolas.

#### RESUMEN

Tocantins, anteriormente al norte de Goiás, tuvo una historia educativa desafiante debido al aislamiento y las condiciones socioeconómicas. La falta de escuelas, docentes calificados y recursos materiales limitó al HIS a la educación. Con la creación del estado en 1988, se invirtió en infraestructura escolar, nuevas escuelas, formación docente y políticas educativas específicas. A pesar de los avances, todavía hay falta de infraestructura en algunas regiones, dificultades de acceso para las comunidades indígenas y quilombolas y desafíos en cuanto a la calidad de la enseñanza y la formación de docentes. La región carece de historiadores dedicados al estudio de la historia de la educación local, con fuentes dispersas y falta de inversión pública, estructura y capacitación de docentes. A pesar de esfuerzos específicos, la región aún enfrenta desafíos importantes en relación con la educación. Los elementos mencionados anteriormente fueron los objetivos de este artículo. Con una metodología basada en la investigación bibliográfica y documental

PALABRAS CLAVES: Tocantins, Historias de Educación, Escuelas.

#### ABSTRACT

Tocantins, formerly north of Goiás, had a challenging educational history due to isolation and socioeconomic conditions. The lack of schools, qualified teachers and material resources limited access to education. With the creation of the state in 1988, there was investment in school infrastructure, new schools, teacher training and specific educational policies. Despite advances, there is still a lack of infrastructure in some regions, access difficulties for indigenous and quilombola communities, and challenges regarding the quality of teaching and teacher training. The region lacks historians dedicated to the study of local educational history, with scattered sources and a lack of public investment, structure and training for teachers. Despite specific efforts, the region still faces significant challenges in relation to education. The elements mentioned above were the objectives of this article. With a methodology based on bibliographic and documentary research.

KEYWORDS: Tocantins, History of education, schools.

## INTRODUÇÃO

### O Norte: a porção setentrional de Goiás

*O sonho secular já se realizou  
Mais um astro brilha dos céus aos confins  
Este povo forte/Do sofrido Norte*

*Teve melhor sorte/Nasce o Tocantins!*

*Levanta altaneiro, contempla o futuro/Caminha seguro,  
Persegue teus fins/Por tua beleza, por tuas riquezas,*

*És o Tocantins!*

(Trecho do Hino do Tocantins)<sup>i</sup>.

O estado do Tocantins — ou antigo norte goiano — tem sua gênese na separação entre a parte sul e a parte norte de Goiás, essa última tida como menos desenvolvida<sup>ii</sup>, pobre e esquecida. Essa região foi palco de intensos conflitos sociais em especial pela inexistência de ações do Estado. Assim, após muitas divergências, finalmente no dia 05 de outubro de 1988, o estado do Tocantins foi emancipado conforme descrito no Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da oitava Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Artigo 13 — É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. § 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte, limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. § 2º O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembleia Constituinte. § 3º O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e Estaduais serão eleitos em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, [...] (BRASIL, 1988).

Os grupos empresariais apostaram na criação do novo estado como uma necessidade econômica, dado que os investimentos do governo federal em obras de infraestrutura criariam, na região, o suporte para que o capital privado ali fosse investido, consolidando um processo que já vinha ocorrendo desde os anos 1970. (CAVALCANTE, 2003).

Para a historiadora Maria do Espírito Santo, o discurso autonomista ganhou forma em 1988, porque ficou clara a perspectiva de viabilidade econômica. Ao ser retomado em 1985/1988, o projeto de criação do estado foi apoiado como uma proposta de coligação suprapartidária de todas as políticas da região. O perigo era o de perder o espaço na Assembleia Nacional Constituinte e continuar no mapa do Brasil como “norte goiano”.

Em 1.º de janeiro de 1989, legitimado pelo consenso, o mais novo estado da Unidade Federativa foi oficialmente instalado. Acerca desse fato, Ferraz (2008 *apud* MARTINS, 2013, p.62) discorre o seguinte:

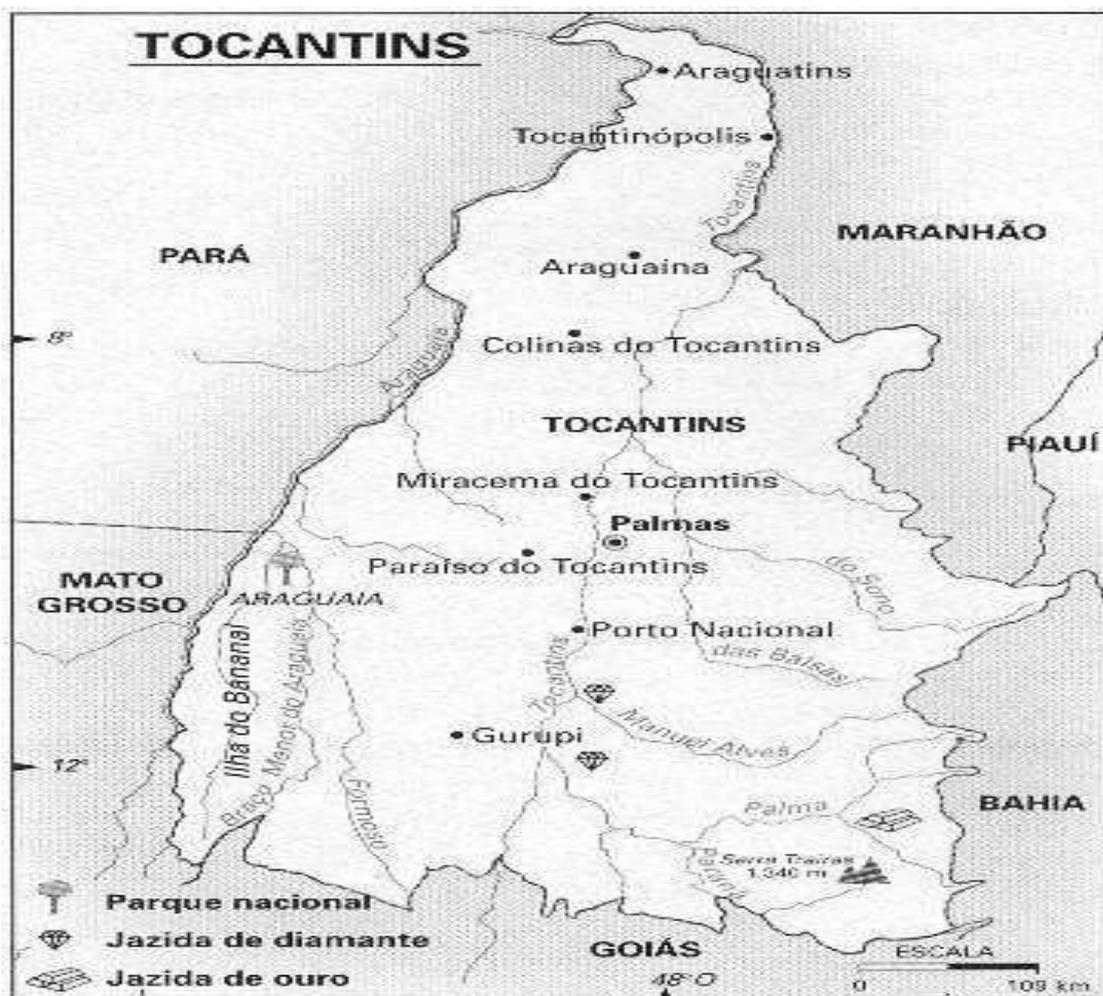
A constituição da nova unidade federada chamou a atenção para a necessidade de um conhecimento renovado de uma região que encontrava uma identidade na luta política e precisava ser interpretada à luz da nova realidade. A separação ocorrida em 01/01 de 1989 não se limitou a



uma expressão espontânea de um anseio separatista. Ela serviu também à legitimação das elites regionais, constituídas em parte por goianos e mineiros ligados a interesses pecuaristas. O estado se aproximou do problema fundiário, proporcionando uma vigilância mais centralizada, facilitando minar as bases de sustentação dos movimentos sociais organizados. O estado arma suas estratégias à medida que o movimento vai se articulando. Neutralizando as reivindicações da população empobrecida de origem nordestina, assegurando cada vez mais o espaço agrário aos capitais nacionais e estrangeiros voltados para o mercado externo.

No século XVIII<sup>iii</sup> tinha-se conhecimento dos primeiros habitantes. Eram migrantes que vinham de estados como Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais, motivados pelos metais preciosos (ver Fig. 1 — Mapa 1) existentes na região, e seus rios (Araguaia e Tocantins). Os rios supracitados, além de servirem como principal meio na época de entrada das bandeiras oriundas do Sul e Sudeste do País, motivavam a migração da população do Nordeste que fugia da seca. A cidade de Natividade, por exemplo, que está localizada ao sul da capital, Palmas (200 km na rodovia Coluna Prestes — TO - 050), foi um importante reduto aurífero, tendo, todavia, entrado em declínio após a exaustão das minas.

Figura 1 – Mapa 1 – Metais preciosos. Rio Tocantins e Araguaia



Fonte: (PEREIRA JUNIOR, 2018).

No intuito de apresentar uma explicação referente ao processo de povoamento do norte de Goiás, o geógrafo Elizeu Ribeiro Lira (2011) dividiu a região em três grandes períodos que se sucederam entre meados do século XVIII até o início do século XX:

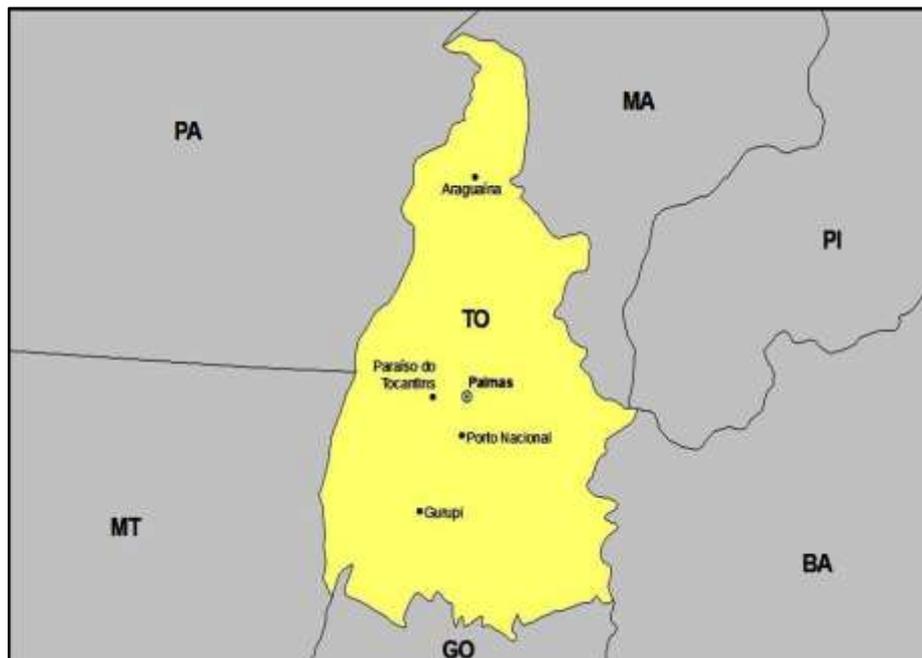


- 1) O período da mineração, quando toda a população vivia em função das minas de ouro. Esse período vai do início do século XVIII ao início do século XIX. Dois marcos são importantes para esclarecer tal conclusão: a proliferação de arraiais, de 1730 a 1750, e a fundação de Porto Real, para servir de cabeça de julgado substituindo a vila de Monte do Carmo, que já estava com suas minas em profunda decadência. Esse período é o que chamaram de “população do ouro”.
- 2) O período de aldeamento, período de povoamento que acontece durante o período da mineração, mas com característica diferente, foi um povoamento dirigido e traumático, tendo como principais vítimas desse processo as populações indígenas que se viam obrigadas a se mudarem de suas terras para outras desconhecidas e nem sempre propícias à construção de aldeias; deste tipo de povoamento surgiram várias cidades tais como: Dianópolis, Tocantínia, Pedro Afonso, Araguacema, todas importantes no novo estado do Tocantins.
- 3) O período da navegação, o principal período de povoamento do Tocantins (devido sua resistência às crises econômicas da região), inicia-se no século XX. Nasce a população ribeirinha do Tocantins, formando o primeiro eixo econômico da região (LIRA, 2011, p. 147).

Toda a região correspondente ao território do estado do Tocantins apresenta clima tropical (seis meses de período chuvoso, de outubro a maio, e seis meses de seca, de abril a setembro), com temperatura média anual variando de 20 a 40 °C, e precipitação anual média de 1000-2000 mm. Quanto à vegetação, identifica-se a presença de dois grandes biomas: o Cerrado, que se sobressai na parte centro-sul do estado, e uma faixa de transição para a Floresta Amazônica na região do Bico do Papagaio. Verifica-se, na parte leste, um princípio de transição de Cerrado para Caatinga, mais característico na região do Jalapão.

O referido estado localiza-se na Amazônia Legal<sup>iv</sup> e territorialmente ocupa uma área de 277.720,404km<sup>2</sup>, o que representa 3,26% do território nacional e 7,2% da região Norte. Tem como limites 6 (seis) estados: Goiás, ao sul; Maranhão e Pará, ao norte; Maranhão, Piauí e Bahia, a leste, e Pará e Mato Grosso, a oeste (ver Fig. 2 — Mapa 2). A população estimada do estado no ano de 2019 é de 1.572.530 habitantes, com densidade demográfica de 4,98 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Figura 2 – Mapa 2– Tocantins e os estados limítrofes

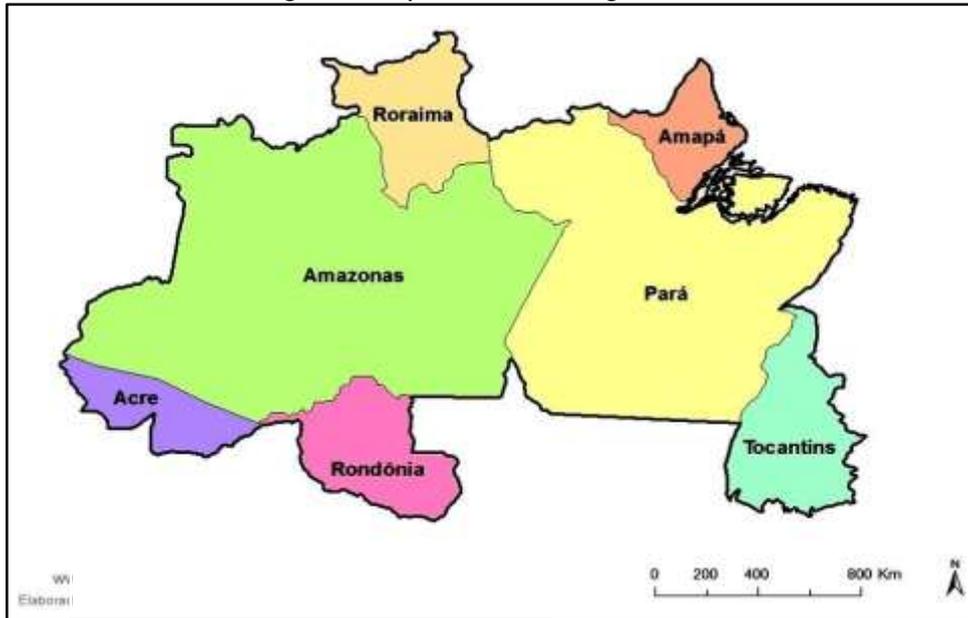


Fonte: IBGE

Quanto à organização do estado, o IBGE agrupou e dividiu os estados em 5 (cinco) grandes regiões brasileiras com características análogas. Ver a localização do estado do Tocantins (Fig. 3 — Mapa 3), o qual a partir da CF/88 passou a integrar a região Norte.



Figura 3 – Mapa 3 –Tocantins. Região Norte



Fonte: Elaborado a partir de base cartográfica do IBGE

O estado do Tocantins é composto por 139 (centro e trinta e nove) municípios. A Constituição do Estado do Tocantins, em seu artigo 3.º, estabeleceu que, a partir de 1.º de janeiro de 1990, o município de Palmas tornou-se capital definitiva da última cidade planejada do século XX. A cidade foi edificada em um local avaliado como estratégico, por ser o centro geodésico do Brasil, bem como cêntrico do Tocantins. A Fig. 4 — Mapa 4 ilustra a localização do estado de Tocantins no mapa do Brasil.

Figura 4 – Mapa 4 – Brasil. Estado do Tocantins



Fonte: DNIT, 2014.



Em consonância com alguns autores, o nome da capital foi indicado em homenagem ao lugar onde surgiu o movimento emancipacionista do estado — Comarca de Palma (PARENTE, 2007; SILVA, 1996; PÓVOA, 1994).

Nesse sentido, Palmas adotou a lógica capitalista de surgimento de cidades, com plano urbanístico desenvolvido semelhante ao ocorrido nas distintas cidades brasileiras, o qual fomentou a urbanização com o intuito de inserir modelos europeus à realidade vigente. Destarte, por desconhecimento da realidade local no que diz respeito aos aspectos econômicos, sociais e culturais e por inexistência de um planejamento que contemplasse a população pobre, o plano levou os trabalhadores a se estabelecerem em locais inadequados para residir, modelo que persiste (OLIVEIRA, 2017).

O arquiteto e coautor do plano urbanístico de Palmas, Luís Fernando Cruvinel Teixeira, comentou que a cidade

[...] foi concebida como uma cidade aberta. O plano urbanístico e a estratégia de sua implantação consideraram que uma cidade, antes de ser um produto acabado, é um processo sem fim. [...] um jogo com definições básicas sobre a organização do espaço urbano e regras mínimas que orientarão sua implantação no tempo (TEIXEIRA, 2009, p.97).

Segundo Oliveira (2017), com o propósito de alterar a situação ocasionada, ainda em 1990, o governo do estado instituiu uma estratégia de exclusão da população menos abastada, realizando a demarcação pelo início da ocupação da região de Taquaralto. Posteriormente, em 1991, com a criação dos Aurenys<sup>vi</sup>, com o escopo de alocar a população de baixa renda em áreas longínquas do centro da cidade, em um processo suscitado, em sua maioria, por políticas de governo intencionalmente de marginalização da população mais pobre. Para esse fim, decretou o encerramento da rodovia que faz fronteira com Taquaralto, de modo a forçar as pessoas que chegavam à cidade para reconstituir moradia<sup>vii</sup> a desembarcar ali mesmo sua mudança, tornando o bairro densamente povoado (PEMAS, 2001).

José Wilson Siqueira Campos, enquanto deputado federal, participou da criação do estado do Tocantins. Mais tarde, ganhou a eleição pelo Partido Democrático Cristão (PDC), tornou-se o primeiro governador do mais novo estado do País e contribuiu para a fundação de Palmas. Para tanto, utilizou recursos que angariava com a venda de terras, usando a transação como moeda de troca de serviços realizados para infraestrutura básica da capital.

Destarte, a comercialização dos primeiros lotes foi executada em janeiro de 1990 por meio de um leilão público. Por conseguinte, com o crescimento da população urbana, o poder executivo estadual expropriava terra rural e posteriormente comercializava terra urbana, após esta ter sido valorizada por ação governamental, formando assim pecúlio para investimento (CADERNO, 2004).

Depreende-se que em Palmas, assim como nas velhas cidades, é vetado o direito à moradia aos grupos desprovidos economicamente, dado que “a cidade continua crescendo, atraindo pessoas, aspirando trabalho, separando indivíduos, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos [...]” (CARLOS, 2007, p.14; OLIVEIRA, 2017).

A respeito da regionalização, segundo classificação do IBGE, o estado do Tocantins está dividido em 2 (duas) mesorregiões e 08 (oito) microrregiões. Além disso, existe a regionalização administrativa estadual, do governo estadual, na qual o estado apresentava 18 regiões administrativas. A Lei n.º 915, de 16 de julho de 1997, mais tarde revogada pela Lei n.º 2.619, de 9/08/2012, estabeleceu alguns símbolos da natureza do estado do Tocantins, a saber:

- I – a flor: Girassol (*Helianthus annuus*);
- II – a árvore: Fava-de-Bolota, Bodoqueiro ou Andirá (*Parkia platycephala*);
- III – as aves: a) Arara Azul, Arara Canindé ou Arara-de-Barriga-Amarela (*Ara araraúna*); b) Rolinha-Fogo-Apagou (*Scardafella squammata*), também denominada Rola-Cascavel, Rolinha-Carijó e Rola-Pedrês;
- IV – a pedra: Granada ( $A_3 B_3 (Si O_4)_3$  – fórmula geral).

Aqui vale tecer algumas reflexões: A partir de quais critérios o girassol pode ser considerado um símbolo da natureza do Tocantins? Em qual cidade do Tocantins o girassol sempre esteve presente, para que se fizesse necessária a instituição dessa flor como símbolo? Entende-se que essas ações de criação de símbolos têm a finalidade de conduzir o imaginário das pessoas na direção desejada por quem os criou.



A criação do estado do Tocantins ocorreu imediatamente depois da promulgação da Constituição da República de 1988. Após uma acalorada disputa política entre as principais cidades que já existiam no dia 1.º de janeiro de 1989, durante o processo de instalação oficial do novo estado, a cidade de Miracema do Norte foi escolhida para sediar a capital do estado por um curto período, um ano, passando a denominar-se Miracema do Tocantins. Um dos fatores principais para a exclusão de Araguaína e Gurupi de sediarem o centro administrativo do estado do Tocantins deveu-se à localização geográfica das cidades<sup>viii</sup>.

As figuras 5 e 6 elucidam uma representação simbólica, concernente ao fato supracitado de Miracema ter sido sede da primeira capital do estado do Tocantins.

**Figura 5 – Desfile Militar do 41.º aniversário de Miracema, na ocasião capital do Tocantins (1989)**



Fonte: Foto disponibilizada por Higor Coelho Bezerra, 2019.

**Figura 6 – Desfile Militar do 41.º aniversário de Miracema, na ocasião capital do Tocantins (1989)**



Fonte: Foto disponibilizada por Cássio Renato Gomes Cerqueira, 2019.

No subtópico seguinte, tratar-se-á do que se pesquisa sobre o processo educacional do norte goiano e posteriormente abordar-se-á o surgimento de Miracema do Tocantins.

## 1.1 OS HISTORIADORES DOS RINCÕES GOIANOS

*O sol nasce para todos, derrama seus raios sobre o futuro do novo Estado*<sup>ix</sup>.

(CO YVY ORE RETAMA<sup>x</sup>. Esta Terra é Nossa).

Os historiadores da educação que tratam do norte goiano são poucos. A documentação está localizada na cidade de Goiânia, na hemeroteca da Biblioteca Nacional (RJ) e na Pontifícia Universidade de Goiás. As fontes de jornais são: “Folha do Norte” (1891), “O Incentivo” (1901), “Norte de Goyaz” (1905) “Jornal do Povo” (1920), “O Corisco” (1929), “Voz do Norte” (1929), “O Norte” (1929), “Folha dos Moços” (1930), “O Colegial” (1940), “Voz do Norte” (1940), “A Palavra” (1938) e “A Voz de Pedro Afonso” (1041). Também podem ser catalogadas documentações no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central e no Arquivo Histórico do Estado de Goiás em Goiânia– GO. As investigações de mestrado e doutorado nessas instituições exigem bolsas de pesquisa para financiamento e liberação docente das Instituições de Ensino Superior.

Atendendo ao desafio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad Amazônia) – estabelecido no convênio da UFT/UFG/2007-2011 e coordenado pela Dr.<sup>a</sup> Jocyléia Santana –, Regina Célia Padovan, orientada pela Dr.<sup>a</sup> Maurides Batista Macedo Filha, escreveu a tese de doutorado “Lugar de escola e

„lugar de fronteira”: a instrução primária em Boa Vista do Tocantins em Goiás no século XIX (1850-1896)”, defendida em 2011 no PPGE/UFG. Neste trabalho, a pesquisadora tratou do percurso histórico da instrução primária em Boa Vista do Tocantins, cidade de Tocantinópolis, norte do Tocantins, no período de 1850 (criação das escolas de primeiras letras) a 1896. A análise versou sobre o processo de criação de um “lugar de escola” no âmbito da política de escolarização da província e as especificidades históricas de Boa Vista como um “lugar de fronteira”, no extremo norte de Goiás. A confluência de ambos promoveu o conhecimento sobre a realidade social em questão, as necessidades e os limites das escolas na materialização dos recursos ao funcionamento das aulas, como também a representação dos mecanismos de poder instaurados ainda nos preceitos advindos da catequese e das instâncias de poder nos conflitos políticos sedimentados na região ao longo do século XIX.

Já a tese de doutorado de Benvinda Barros Dourado intitulada “Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional”, defendida no PPGE da UFG em Goiânia - GO em 2010, faz um histórico da instrução primária em Porto Nacional. Em 7 de julho de 1825 foi sancionada a primeira escola de primeiras letras. A autora informa que, nas primeiras décadas republicanas, as escolas públicas primárias eram representadas por escolas isoladas. No que diz respeito à institucionalização dos grupos escolares na região norte, o primeiro grupo foi instalado no município de Natividade em 1934 e o segundo, o Grupo Escolar de Porto Nacional, foi criado em 1935. No contexto de supressão do ensino religioso nas escolas públicas, de carência de um ensino público e da vinda de diversas ordens religiosas para o norte de Goiás, as freiras dominicanas instalaram no dia 15 de setembro de 1904 o Colégio Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Porto Nacional.

Até meados dos anos 1940, a região do norte de Goiás (atual Tocantins) não podia contar com uma estrutura escolar estatal e gratuita que contemplasse as necessidades educacionais da população local. Seja pelo isolamento da região supracitada, cuja capital é Goiânia, seja pela carência de oportunidades de desenvolvimento profissional, seja ainda pela demasiada distância territorial, as poucas unidades escolares existentes naquela época não propiciavam muitas alternativas aos que aqui residiam e almejavam que sua prole obtivesse uma educação escolar sistemática (DOURADO, 2010).

A educação no Tocantins (antigo norte de Goiás, como já foi dito) em âmbito político e administrativo foi colocada em plano secundário. Assim, os investimentos públicos destinados ao setor sempre foram mínimos, e os projetos na área ocorreram de modo acanhado e elementar. Conforme Dourado (2010), o processo de educação primária, concretizado por essas terras até meados de 1930, foi estabelecido pelas escolas isoladas. Mais tarde, em 1934, é que foi formado o primeiro grupo escolar.

Os grupos escolares, frutos de uma política pública educacional, expandiram-se em um compasso moroso e dificilmente contemplaram de modo satisfatório a população que detinha maiores dificuldades de acesso à escola. Todavia, segundo



Dourado (2012), apesar das críticas sobre a estrutura física, sobre as circunstâncias de funcionamento e atendimento e acerca da qualidade do ensino ofertado, é importante destacar que foram as escolas isoladas, mesmo com todas essas lacunas, que preponderantemente atenderam a classe social popular na região norte do estado.

Nesse sentido, Teixeira (1946 *apud* DOURADO, 2012) descreveu o quadro educacional da região do atual Tocantins através de uma matéria denominada “Problemas do Ensino no Norte do Estado”, em que ele colocou o seguinte:

Todo o Norte de Goiaz conta apenas com um estabelecimento de formação de professores para o ensino primário. O de Porto Nacional, sob a eficiente direção das irmãs Dominicanas. Devido às grandes distâncias que separam os diversos municípios do setentrião goiano e por outros motivos mais, inúmeros jovens são impossibilitados de receber instrução nesse grau. E é de se lamentar que assim seja, pois o nortense, em geral, sendo um apaixonado pelo estudo, sabe aplicar, e muito bem, o que aprende. [...]. O professor luta com a falta de orientação pedagógica, com a ausência completa de material para o ensino, incluindo-se aqui os impressos indispensáveis ao trabalho escolar. Os inspetores escolares são os próprios prefeitos, que, quase sempre, pouco entendem de normas pedagógicas. O Norte de Goiaz, até 1933, teve as Escolas Rurais sob a responsabilidade do Estado. Já em 1934, esses estabelecimentos passavam para a órbita municipal, acarretando essa modificação, como era de se prever, o desaparecimento progressivo das Escolas Rurais, dada as mínimas possibilidades da região. Bem houve o Governo Estadual em passar todos os estabelecimentos municipais para o Estado, com o encampamento do ensino em 1945. Na realidade, porém, essas escolas continuam no longínquo norte Goiano, sobre os ombros do governo municipal. Quanto a remuneração dos professores, então precisamos muito falar. Além de estar muito distante de corresponder ao espinhoso trabalho do professor nortense, seu ordenado leva até um (1) ano para lhe chegar às mãos. O pobre professor do norte vive às voltas com os procuradores e quando chega a receber os seus vencimentos, já bem minguados, deve o “olho da cara” [*sic*] (DOURADO, 2012, p.1273).

Percebe-se, no excerto acima, que a situação da educação no período explicitado era bem difícil: poucas instituições educacionais; professores sem qualificação para trabalhar no magistério; falta de estrutura, orientação e materiais pedagógicos; inexistência da valorização do professor, pois até seu ordenado lhe era repassado de modo aperiódico e com valor incerto.

No livro “As Instituições Educativas: histórias (re) construídas”, das organizadoras Jocyléia Santana, Maurides Macedo, Olga Cabrera e Orlinda Melo (2010), vários pesquisadores analisaram as diferentes instituições educativas desde Portugal ao norte goiano. Ressalta-se o artigo sobre a educação batista no Tocantins, em que se enfatizou a criação das escolas primárias confessionais em 1936 em Piabanha (Tocantínia), e em 1933 em Porto Franco (MA), cidade próxima a Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis).

Ainda no livro supramencionado, Maria José de Pinho descreve a criação e a expansão das instituições educacionais do ensino superior no Tocantins na década de 1980. A herança do ensino superior de Goiás configurou-se em três instituições: duas autarquias estaduais — Porto Nacional e Araguaína — e a fundação municipal, em Gurupi. As autarquias estaduais ficaram responsáveis somente por cursos voltados para a formação de professores, e a fundação municipal assumiu a formação de advogados, pedagogos e administradores.

O norte goiano era uma sociedade que se havia dedicado à criação de gado e à lavoura. A população era composta basicamente pelo fazendeiro (esposa, filhos, parentes e outros dependentes) e pelos vaqueiros, agregados e aventureiros. Nessa conjuntura, o Rio Tocantins integrava o norte ao mercado de Belém, no Pará. (OLIVEIRA, 2002). Para a historiadora Katia Maia (2009), a navegação do Rio Tocantins deu vida e movimento às novas cidades e aos povoados ribeirinhos, assim como, evidentemente, condenou ao quase abandono antigas povoações ligadas à mineração, e o eixo de desenvolvimento do norte de Goiás correu do lado esquerdo do rio até meados do século XX, com a abertura da estrada Belém-Brasília.

Santos (2008) menciona que, localizados à margem direita do Tocantins, municípios como Boa Vista (Tocantinópolis), Araguatins, Tocantínia, Pedro Afonso e Porto Nacional dependiam do rio como meio principal de transporte e escoamento comercial. A Lei n.º 214, de 3 de novembro de 1948, instituiu na cidade de Pedro Afonso o curso normal regional, mantido pelo estado. A Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n.º 8.530, de 1946) preconizou certa uniformidade à formação para o magistério, sem estabelecer grandes inovações ao que vinha sendo realizado em vários estados da federação: um ensino normal dividido em dois ciclos. O primeiro dava o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos. O curso normal regional



seria o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

Canezin e Loureiro (1994), no livro “A Escola Normal em Goiás”, salientam que em 1949 funcionavam no estado 17 estabelecimentos de ensino normal, com 409 alunos matriculados. Desses estabelecimentos, 11 funcionavam com o curso normal completo e seis funcionavam com o curso normal regional, nas cidades de Palmeiras de Goiás, Itumbiara, Luziânia, Trindade, Pedro Afonso e Piracanjuba. Conforme a Lei n.º214, de 3 de novembro de 1948, foi criado na cidade de Pedro Afonso o curso normal regional, mantido pelo estado.

Ainda nesse contexto, segundo Dourado (2010), na parte norte de Goiás, em 1969, existiam apenas 9 (nove) instituições de ensino que ofertavam o curso normal. Desse quantitativo, somente 4 (quatro) eram públicas. A autora destaca também que o Colégio Sagrado Coração de Jesus, instituição particular, situada na cidade de Porto Nacional, ofertou durante 30 (trinta) anos o curso supracitado, sem qualquer concorrência na referida região.

Em meados de 1960, nasceram outras instituições, especialmente através da iniciativa privada. Sem embargo, no intervalo de 1967 a 1969, foram criadas duas instituições estaduais que ofereciam cursos normais na região norte do estado, uma das quais se localizava no município de Porto Nacional.

Ressalta-se que, apesar de haver uma tradição de curso normal devido à atuação da escola particular Colégio Sagrado Coração de Jesus, na cidade de Porto Nacional, no ano de 1969, mais da metade dos professores não tinha formação apropriada para atuar no magistério (DOURADO, 2010). Na cidade de Miracema do Tocantins, lócus do estudo em questão, no período, mais especificamente em 1965, havia o CT, na época uma instituição privada que propiciou esse tipo de ensino, como se pode verificar na Tabela 1.

**Tabela 1 – Instituições em municípios do estado do Tocantins (ex-norte goiano) que ofereciam curso normal em 1969**

Município	Nome da unidade escolar	Entidade Mantenedora	Ano de criação
Araguaina	Ginásio Santa Cruz	Estadual	1962
Arraias*	Inst. N. S. de Lourdes	Particular	1965
Cristalândia	Ginásio E. de Cristalândia	Estadual	1969
Dianópolis	Esc. N. Madre M. <sup>ª</sup> Tereza	Particular	1967
<b>Miracema</b>	<b>Colégio Tocantins</b>	<b>Particular</b>	<b>1965</b>
Pedro Afonso	Esc. Normal Estadual	Estadual	1950
Porto Nacional	Col. Est. de Porto Nacional	Estadual	1968
Tocantinópolis	Esc. Normal N. S. de Fátima do Co. I D. Orione	Particular	-

Fonte: DOURADO, 2010. Adaptação da autora.

A obra “O sonho de uma geração: o movimento estudantil em Goiás e Tocantins de Santos (2007)” ressalta que, nos anos de 1960, a Casa do Estudante do Norte Goiano foi a instituição que melhor traduziu a mobilização estudantil pró-criação do estado do Tocantins, cujos temas como abandono e isolamento foram retomados em congressos. Debates sobre economia, políticas sociais, educação e saúde pública eram recorrentes nessas mobilizações, que tornaram os jovens

estudantes protagonistas do processo histórico separatista. Em 1966, fundou-se uma seccional em Miracema, que tinha o colégio de 2.º grau como apoio, pois era um trabalho de base educacional desenvolvido pelos padres e freiras da Congregação Assuncionista.

Cassimiro (1974), em “Desenvolvimento e educação no Interior do Brasil”, relatou que em 1968 apenas 24,7% do corpo docente do ensino primário eram portadores de diploma do curso normal colegial, e 6,5% tinham o certificado de curso normal ginásial. Mas a insuficiência de pessoal titulado não se revelou apenas em relação ao magistério. O aspecto geral do quadro de técnicos e de especialistas em educação e ensino para as diversas funções era igualmente desolador.



Veiga (2007) afirma que, apesar da retórica democrática, o Estado brasileiro mais uma vez não assumiu o compromisso institucional de prover educação para todos. Exemplo dessa omissão foi a reedição das exceções legais que isentavam pais ou responsáveis da obrigatoriedade de mandar as crianças à escola: comprovação estado de pobreza, insuficiência de vagas e de escolas. Ao mesmo tempo que se mostrava omissivo, o governo favorecia a iniciativa privada com subvenções e financiamento para construir, reformar e aparelhar escolas particulares.

Para Dourado (2016), àquela altura Brasília já impactava sobremaneira o mundo educacional goiano, secundarizando os projetos voltados para a expansão da escola rural. Ao contrário, o que se vê é o privilégio do urbano. A expansão ocorreu privilegiando o entorno da capital estadual, e, principalmente, as proximidades e os caminhos que levavam à nova capital da República, que nascia no centro do território goiano.

Canezin (1994) demonstra que a presença significativa de leigos no magistério, a expansão dos cursos normais e as matrículas no curso primário compõem o quadro da situação do ensino em Goiás. O governo pós-64 definiu diretrizes para uma política orientada ainda mais para a restrição de verbas para a educação. A deterioração das condições do ensino em geral, o achatamento salarial e o desprestígio dos professores primários e de suas agências formadoras se refletirão nas baixas taxas de alfabetização que o novo estado alcançará nas próximas décadas.

## CONSIDERAÇÕES

O estado do Tocantins, antes parte do norte goiano, possui uma história educacional marcada por desafios e transformações. A região, devido ao seu isolamento geográfico e às condições socioeconômicas, enfrentou dificuldades no desenvolvimento de uma estrutura educacional adequada. A escassez de instituições de ensino, a falta de professores qualificados e a ausência de recursos materiais eram realidades que limitavam o acesso à educação.

A criação do estado do Tocantins em 1988 trouxe novas perspectivas para a educação na região. O governo estadual passou a investir na expansão e melhoria da infraestrutura escolar, visando atender às demandas da população por educação de qualidade. A criação de novas escolas, a capacitação de professores e a implementação de políticas educacionais específicas para a região foram algumas das medidas adotadas para promover o desenvolvimento educacional no estado.

Apesar dos avanços, o Tocantins ainda enfrenta desafios na área da educação. Ainda há carência de infraestrutura em algumas regiões, dificuldades de acesso à educação para comunidades indígenas e quilombolas, além de desafios relacionados à qualidade do ensino e à formação dos professores. No entanto, o estado tem buscado superar esses obstáculos por meio de políticas públicas que visam garantir o direito à educação para todos os tocantinenses.

A partir da análise das fontes históricas disponíveis sobre a educação no norte goiano, podemos concluir que a região enfrentou diversos desafios ao longo dos anos. A escassez de historiadores dedicados a estudar essa área limitou a compreensão de sua história educacional. As fontes documentais estão dispersas em diferentes instituições, o que dificulta o acesso e a pesquisa. Além disso, a falta de investimento público adequado, a carência de estrutura e materiais pedagógicos, bem como a ausência de formação adequada para os professores, foram obstáculos importantes para o desenvolvimento educacional na região. Apesar dessas dificuldades, houve esforços pontuais de pesquisadores e instituições para estudar e melhorar a educação no norte goiano, como as teses de doutorado mencionadas e a mobilização estudantil pró-criação do estado do Tocantins. No entanto, é evidente que a região enfrentou e ainda enfrenta desafios significativos em relação à educação, especialmente no que diz respeito à oferta de ensino de qualidade e à formação adequada de professores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

CADERNO de Revisão do Plano Diretor de Palmas. Prefeitura Municipal de Palmas. Instituto de Planejamento Urbano de Palmas. Palmas, TO: [s.n.], 2004.



- DOURADO, Luciana Ferreira Campos. A educação no Tocantins: políticas públicas e desafios contemporâneos. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.
- DOURADO, Luciana Ferreira Campos. História da educação do Tocantins. Editora ABC, 2010.
- FERRAZ, Maria Tereza. A construção de um Estado: o caso do Tocantins. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2008.
- HANNISCH, R. Luiz. História e memória da instituição educativa Universidade Luterana do Brasil – Ulbra Tocantins (1992-2004) no contexto da construção de Palmas. Dissertação de mestrado. Palmas: PPGE/UFT, 2016.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. Povoamento e meio ambiente no Tocantins. Goiânia: Vieira, 2011.
- OLIVEIRA, Maria Santos de. A luta pela criação do Estado do Tocantins: desafios e conquistas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 9, n. 18, p. 33-45, 2017.
- PARENTE, T. G. Fundamentos históricos do Estado do Tocantins. Goiânia: UFG, 2007.
- PEMAS: Plano estratégico municipal para assentamentos subnormais. Prefeitura Municipal de Palmas. Unidade Executora Municipal. Palmas, TO: [s.n.], 2001.
- PEREIRA JUNIOR, José Luiz. História e Geografia do Tocantins. 1. ed. Palmas: IFTO, 2018.
- PÓVOA, Oscar Ribeiro. História do Tocantins. Goiânia: Editora Três Poderes, 1994.
- SANTOS, Jocyléia S., Educação e Pluralidades Culturais. São Paulo: Xamã, 2008.
- SANTOS, Jocyléia S. dos. Histórias docentes: vozes que emergem. In: APOLINÁRIO, J. R. (org.). Cenários Históricos e Educativos: Sertão, questão indígena e espaços de saber. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- SANTOS, Jocyléia S. et al. (orgs.). Instituições Educativas: histórias (re) construídas. Goiânia: Editora da PUC de Goiás, 2010.
- SANTOS, Jocyléia s. et al. (orgs.). Percursos Históricos da educação no Cerrado. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2012.
- SANTOS, Jcocyieia S.. O sonho de uma geração: o movimento estudantil em Goiás e Tocantins. Goiânia: Editora da UCG, 2007.
- SAULE JÚNIOR, Nelson. A proteção jurídica da moradia nos assentamentos irregulares. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.
- TEIXEIRA, Antônio. Problemas do Ensino no Norte do Estado. In: DOURADO, Luciana Ferreira Campos (Org.). Educação no Norte de Goiás: desafios e perspectivas. Editora PUC/GO, 2012, p. 45-67.

## NOTAS

<sup>i</sup> O Hino Oficial do Tocantins foi criado por Liberato Póvoa (letra) e Abiezer Alves da Rocha (música). Na letra, o hino ressaltava a luta divisionista, que foi secular, e reforça a construção de uma memória histórica acerca da criação do estado. O hino elogia a coragem, a simplicidade e a “consciência” do povo tocantinense e menciona os nomes de Teotônio Segurado e Siqueira Campos, personalidades na luta pela criação do Tocantins. Destaca, ainda, os recursos naturais do Cerrado, a “riqueza” histórica da região e a ferrenha disposição do povo em defender “até a morte” o Tocantins de qualquer ameaça (OLIVEIRA, 2017; LEI 977,1998).

<sup>ii</sup> O norte goiano estava marginal no processo de desenvolvimento, mas não no processo de acumulação de capital, pois este era fomentado pela nova fase sociopolítica do primeiro período republicano (1889-1930), que se propagava pelo país através de alianças entre a burguesia cafeeira do sul e as facções de classes sociais, políticas e regionais, expressas principalmente na hegemonia do poder local, o poder dos coronéis do Sertão. Com a desincompatibilização do desenvolvimento econômico do sul de Goiás, como o processo político do norte, houve a perpetuação do coronelismo, que dominou o norte goiano até a sua “superação” como prática política (LIRA, 2011, p.125).

<sup>iii</sup> O povoamento foi muito intenso durante a primeira metade do século XVIII, um período em que se corria a notícia por toda a colônia da grande riqueza em ouro, encontrada nas minas do Tocantins. Nesse período, nasceram e foram fundados (*sic*) um grande número de arraiais dos quais se destacam: Natividade (1734), São Felix (1736), Pontal (1738), Arraias (1740), Chapada (1740), Conceição (1741), Carmo(1746). Esse sistema de povoamento foi a primeira ocupação do Tocantins. Consideramos esse período como “população do Ouro” (LIRA, 2011, p. 147).



<sup>iv</sup> O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953, e a demarcação desse território vem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico dessa região. Sua extensão corresponde a 59% do território brasileiro e abarca oito estados por inteiro (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, perfazendo 5,0 milhões de km<sup>2</sup>. Segundo o Ipea (2013), a região da Amazônia Legal foi alterada diversas vezes em consequência de mudanças na divisão política do País e do Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado pelo governo federal em maio de 2013 (IPEA, 2013). Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5586>. Acesso em: 23 ago. 2019.

<sup>v</sup> Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989 – Art. 3.º. Palmas é a capital do estado.

<sup>vi</sup> Conjunto de quadras (Aureny I, II, III e IV), localizadas ao sul do plano diretor e com grande concentração populacional de baixa renda. A nomenclatura das quadras foi uma homenagem do governador Siqueira Campos à sua esposa, Dona Aureny (OLIVIERA, 2017).

<sup>vii</sup> O direito à moradia não deve ser interpretado em um sentido estreito ou restritivo que o iguale, por exemplo, ao abrigo fornecido meramente como um telhado sobre a cabeça ou o considere exclusivamente como um produto. Deve-se considerá-lo como o direito a viver com segurança, paz e dignidade em algum lugar. Devendo assim ser, pelo menos por duas razões. Em primeiro lugar, o direito à moradia é vinculado integralmente a outros direitos humanos e aos princípios fundamentais que servem de premissa ao Pacto. Assim, pois, “a dignidade inerente à pessoa humana”, da qual os direitos contidos no Pacto derivam, requer que o termo “moradia” seja interpretado levando em conta outras diversas considerações das quais o mais importante é que o direito à moradia deva ser assegurado a todas as pessoas, seja qual for sua renda ou seu acesso aos recursos econômicos. Em segundo lugar, a referência ao parágrafo 1.º do artigo 11 deve ser entendida não apenas como direito à moradia, mas à moradia adequada (SAULE JÚNIOR, 2004, p.102).

<sup>viii</sup> A localização geográfica tanto de Araguaína quanto de Gurupi foi determinante para a supressão de ambas. Araguaína, por sofrer forte influência do sul do estado do Pará, e sul do estado do Maranhão; Gurupi, por ser fortemente influenciado pelo estado de Goiás, cujos laços políticos acabaram de ser rompidos; Miracema, apesar de se encontrar equidistante, não detinha qualquer infraestrutura (LOPES, 1996; BARBOSA, 1996).

<sup>ix</sup> Significado da representação do sol na bandeira do estado do Tocantins

<sup>x</sup> Expressão em Tupi presente na borda azul localizada na parte superior do Brasão de Armas do Estado. Na apostila digital “História e Geografia do Tocantins”, versão 1.0, 2018, do professor José Luiz Pereira Junior.

Disponível

em:

[http://professorjuniorggeo.com.br/portal/wpcontent/uploads/2019/06/GEOGRAFIA\\_E\\_HISTORIA.pdf](http://professorjuniorggeo.com.br/portal/wpcontent/uploads/2019/06/GEOGRAFIA_E_HISTORIA.pdf). Acesso em: 02 out. 2019.

